



**TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO TOCANTINS**  
**GABINETE DA 3ª RELATORIA**  
**CONSELHEIRO JOSÉ WAGNER PRAXEDES**

Ofício nº 16/2019

Palmas, 10 de janeiro de 2019.

À Sua Excelência o Senhor  
**Joaquim Urcino Ferreira – Prefeito**  
**Maristela da Silva Trindade Ferreira - Secretária de Educação**  
Prefeitura Municipal de Chapada da Natividade  
Rua 7 de Setembro, nº 31  
CEP 77370-000 –Chapada da Natividade - TO

**Assunto: Fiscalização Preliminar Plano Municipal de Educação**

Senhor Prefeito,  
Senhora Secretária,

O Tribunal de Contas do Estado do Tocantins, vem realizando fiscalizações preliminares objetivando aferir o cumprimento do Plano Nacional de Educação-PNE aprovado pela Lei Federal nº 13.005/2014 por parte do Município, consistente em verificar a garantia de transporte gratuito para todos os estudantes da educação do campo na faixa etária da educação escolar obrigatória, mediante renovação e padronização integral da frota de veículos, de acordo com especificações definidas pelo Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia - INMETRO, e financiamento compartilhado, com participação da União proporcional às necessidades dos entes federados, visando a reduzir a evasão escolar e o tempo médio de deslocamento a partir de cada situação local.

A análise preliminar promovida pela Unidade Técnica no município de Chapada da Natividade - TO, trouxe como resultado os seguintes apontamentos:

I – Incompatibilidade das metas estabelecidas no Plano Municipal da Educação, Lei Municipal nº 165/2015, com o de metas estabelecidas no Plano Nacional da Educação, que demonstra descumprimento do artigo 3º da Lei Federal nº 13.005/2014, conforme segue:

- a) Não oferecimento de vagas em creche e pré-escola em quantitativo suficiente para o atingimento da Meta 1A do Plano Nacional da Educação estabelecidas na Lei Federal nº 13005/2014 tendo em vista que conforme os dados levantados no Sistema TC educa, disponível em <https://pne.tce.mg.gov.br> , apenas 67 do total de 118 ou seja, 56,78% das crianças de 4 e 5 anos encontram-se matriculados na educação infantil, quando deveria ter atingido a meta de 100,00% até 2016, evidenciando descumprimento do artigo 2083 , I e IV da Constituição Federal, e da Lei Federal nº 13.005/2014;
- b) Tendência de descumprimento da Meta 1B do Plano Nacional da Educação tendo em vista que conforme os dados levantados no Sistema TC educa, disponível em <https://pne.tce.mg.gov.br> , apenas 18 do total de 228 ou seja, 7,89% das crianças de 0 a 3 anos encontram-se matriculados na educação infantil, sendo que o Município deverá atingir a meta de 50,00% até 2024;



**TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO TOCANTINS**  
**GABINETE DA 3ª RELATORIA**  
**CONSELHEIRO JOSÉ WAGNER PRAXEDES**

Art. 208. O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de:

I - educação básica obrigatória e gratuita dos 4 (quatro) aos 17 (dezesete) anos de idade, assegurada inclusive sua oferta gratuita para todos os que a ela não tiveram acesso na idade própria; (...) IV - educação infantil, em creche e pré-escola, às crianças até 5 (cinco) anos de idade:

- c) Descumprimento da Meta do IDEB no ano de 2017, anos iniciais e Descumprimento nos anos finais, estabelecida na Lei Federal nº 13.005/2014 como a Meta 7, qual seja, “fomentar a qualidade da educação básica em todas as etapas e modalidades, com melhoria do fluxo escolar e da aprendizagem de modo a atingir as seguintes médias nacionais para o IDEB (...)” e, portanto, o Município poderá também não alcançar a meta nacional em 2021, pois conforme tabela abaixo, em consulta ao sitio do INEP no endereço eletrônico (<http://portal.inep.gov.br>), apurou-se:
- d) Descumprimento da Meta 18 do PNE estabelecida na Lei Federal nº 13.005/2014 no que se refere ao Piso Salarial Nacional tendo em vista que, conforme os dados encaminhados pelo Município via SICAP-Atos de Pessoal (relatório anexo extraído da folha do mês de novembro/18), 06 de um total de 35, ou seja, 17,1% dos Professores do Magistério do Município de CHAPADA DA NATIVIDADE são remunerados com valores superiores ao Piso estabelecido pela Portaria nº 1.595, de 28 de dezembro de 2017, no valor de R\$ 2.455,35. Ressalta-se que a relação do SICAP-AP-Atos de Pessoal não leva em consideração a proporcionalidade de Professor 20h, Professor 30h, e Assistente de Professo.
- e) Descumprimento da Estratégia nº 18.1 do Plano Nacional da Educação estabelecida na Lei Federal nº 13.005/2014 uma vez que conforme os dados encaminhados pelo Município via SICAP-Atos de Pessoal (relatório anexo extraído da folha do mês de novembro de 2018), 29 de um total de 35 ou seja 88,6%, dos profissionais do magistério são efetivos (quando a meta estabelece o mínimo de 90% até 2016).

Como se trata de uma fiscalização preliminar, antes de autuarmos o presente expediente como processo e adotarmos medidas sancionadoras, é importante facultar aos responsáveis a apresentação de esclarecimentos. Assim, serve o presente para levar ao conhecimento dos gestores o resultado da fiscalização, fixando-lhes o prazo de 15 (quinze) dias a contar do recebimento deste ofício, para apresentarem alegações de defesa que serão submetidas à Terceira Diretoria de Controle Externo, objetivando aferir quais falhas remanescem.

Atenciosamente,

**CONSELHEIRO JOSÉ WAGNER PRAXEDES**  
Relator



## TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO TOCANTINS

A(s) assinatura(s) abaixo garante(m) a autenticidade/validade deste documento.

JOSE WAGNER PRAXEDES

Cargo: CONSELHEIRO - Matricula: 234036

Código de Autenticação: 1e836bde528ee9261659a977686b7134 - 11/01/2019 16:22:24